



De olho na Receita

Com alta dependência do setor financeiro em 2016, a arrecadação tributária federal deverá se recuperar em 2017 ainda de forma concentrada

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

O início de 2017 foi de sinais esperançosos para a arrecadação federal. Em janeiro, a receita administrada pela Federação registrou alta de 0,8% em relação ao mês anterior, que teve retração de 1,2%, indicando gradual recuperação. Em boletim que antecipou os números oficiais da Receita Federal para janeiro, os pesquisadores da FGV/IBRE José Roberto Afonso e Vilma da Conceição Pinto ressaltaram que o que diferencia uma reversão consistente de apenas um soluço é a verificação de que o resultado da arrecadação, tanto na comparação mensal quanto na trimestral, esteja repetidamente melhor do que o anual. No caso do Brasil, esse movimento acontece desde novembro, gerando otimismo sobre a entrada do país em um círculo virtuoso. Em janeiro, a média móvel trimestral registrou queda de 0,7%, e a anualizada, de -5,7%, quando se excetua do cálculo a injeção de R\$ 46,8 bilhões do programa de repatriação de recursos.

Apesar da boa notícia, os pesquisadores do IBRE defendem realismo quanto ao tamanho, ao ritmo e à

composição dessa reação. Primeiramente porque ela se dá partindo de uma base fortemente deteriorada pela recessão econômica. Para se ter uma ideia, a arrecadação total de janeiro deste ano foi 4,4%, inferior à observada em janeiro de 2012. Além disso, a parte mais afetada se encontra no setor produtivo, fruto do aumento do desemprego, da redução da massa salarial e, conseqüentemente, do consumo. As maiores quedas, acima das verificadas para o PIB, se deram no grupo de tributos relacionados com vendas – IPI, PIS e Cofins (-13,8% na mesma comparação) –, seguido da receita previdenciária (-4,3%). Nesse caso, um movimento tampouco trivial, já que somente o regime geral da previdência (RGPS) corresponde a quase 30% da arrecadação total federal.

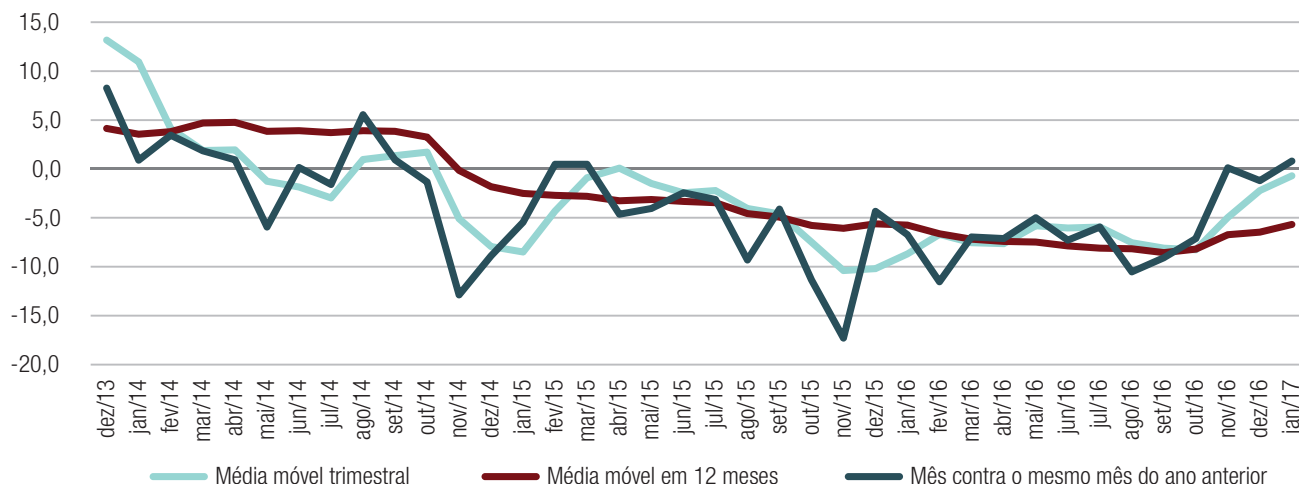
Em contrapartida, os tributos que incidiram sobre os ganhos de capital e as atividades financeiras surpreenderam em arrecadação. Em 2016, do total de receitas administradas pela RF, os tributos corporativos que recaíram sobre a receita e

o lucro das instituições financeiras cresceram 22% em relação a 2015, enquanto os das demais empresas sofreram retração de 2,8%. Somente a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras registrou alta de 44,8%, contra retração de 7,8% das demais empresas. Na comparação de 2015 sobre 2014, os resultados são, respectivamente, -7,2% e -15%. Já na arrecadação de Imposto de Renda (IRPJ), as instituições financeiras contribuíram com um aumento de 23,8% em relação a 2015, contra 11,2% das não financeiras. Se compararmos 2015 com 2014, em ambos houve retração de, respectivamente, 15,1% e 13,6%.

Em comunicado oficial, a Receita Federal atribui esse salto da arrecadação das financeiras à utilização do balanço de suspensão por algumas empresas do setor durante o ano de 2015, em detrimento da declaração com base no lucro real, resultando em um aumento significativo das estimativas mensais em 2016. “O argumento da Receita é o de que não foi a arrecadação de

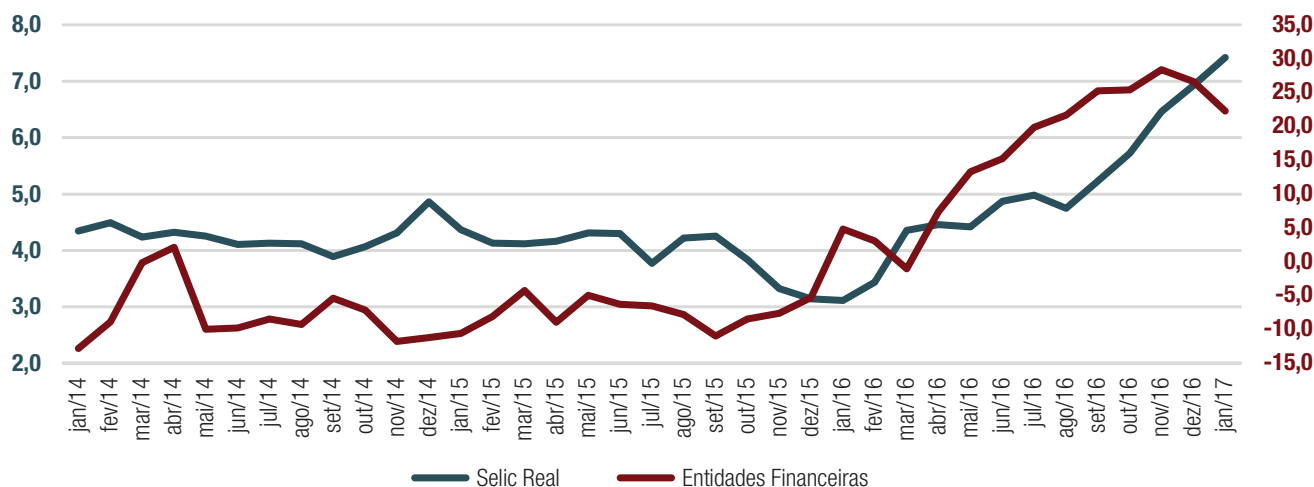
Evolução das Receitas Administradas pela RFB (sem Repatriação)

Taxa de crescimento em termos reais



Tributos Pagos pelas Entidades Financeiras versus Selic

Taxa de crescimento real e Selic real



Fonte: FGV/IBRE.

2016 que foi alta, mas a de 2015 é que teria sido baixa devido a essa prática”, resume Vilma. A pesquisadora ressalta, entretanto, que o aumento dos juros reais da economia, em 2016, por causa da diferença no ritmo de evolução da Selic e do IPCA, pode ter colaborado significativamente para esse resultado. “Se compararmos as trajetórias do

juro real e dos tributos pagos pelas instituições financeiras veremos que são convergentes”, afirma, o que inclui uma ligeira queda na ponta desde novembro do ano passado, quando se iniciaram os cortes na taxa básica de juros.

A adoção de um novo ritmo de corte da Selic, conforme anunciado pelo Banco Central e verificado nas

duas reuniões do Copom deste ano, que juntas somam uma tesourada de 1,5 ponto percentual, deverá atenuar muito o ganho de receita que se espera para este ano, aponta Afonso. O que reforça a cautela dos pesquisadores quanto à reversão da curva de arrecadação federal – que poderia retomar o terreno positivo, dizem, em meados deste ano. ▀